



# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO- CIENTÍFICA

Tese (doutorado)  
Dissertação (mestrado)  
Monografia (especialização)  
TCC (graduação)

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: **Renata Queiroz Villas Boas** <sup>1</sup>

**Fabiane Fischer Figueiredo** <sup>2</sup>

Artigo científico  
Capítulo de livro  
Livro  
Trabalho apresentado em evento

Matrícula: 2019105221350760

Título do trabalho: **A EVASÃO ESCOLAR INDÍGENA APÓS  
A PANDEMIA DO COVID-19 E AS MEDIDAS  
EDUCACIONAIS TOMADAS PARA MINIZÁ-LA.**

## RESTRICÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 26 / 04 /2023.

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano).

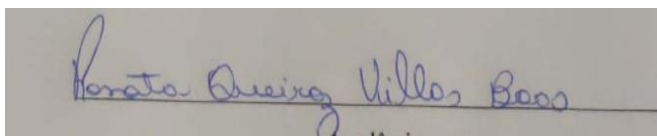
<sup>2</sup> Professor Orientador I do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano).

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

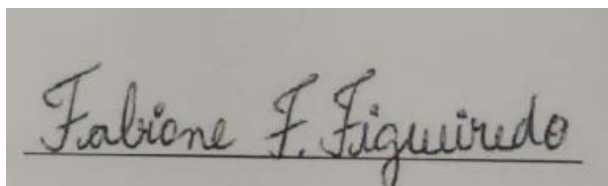
Local Aragarças- Goiás

26/04/2023  
Data

A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature reads "Renato Queiroz Villos Boss" and is written over a horizontal line.

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM

A rectangular box containing a handwritten signature in black ink. The signature reads "Fabiane F. Figueiredo" and is written over a horizontal line.

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -

*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*



## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às 20 horas e 15 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Fabiane Fischer Figueiredo (orientador), Claudete Madalena Valadão (membro) e Andreine Santos (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado "A evasão escolar indígena após a pandemia do covid-19 e as medidas educacionais tomadas para minimizá-la" da estudante Renata Queiroz Villas Boas, Matrícula nº 2019105221350760 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Fabiane F. Figueiredo

Orientadora/Presidente da Banca

Claudete Madalena Valadão

Membro

Andreine Santos

Membro

Renata Queiroz Villas Boas

Acadêmico

## A EVASÃO ESCOLAR INDÍGENA APÓS A PANDEMIA DO COVID-19 E AS MEDIDAS EDUCACIONAIS TOMADAS PARA MINIZÁ-LA

**Renata Queiroz Villas Boas <sup>1</sup>**

**Fabiane Fischer Figueiredo <sup>2</sup>**

### RESUMO

A presente investigação bibliográfica visa apresentar os aspectos importantes da educação indígena, especificamente da evasão escolar durante o distanciamento social em decorrência do Covid-19 e as medidas tomadas para a manutenção do sistema convencional de educação. O acesso à educação é um direito constitucional garantido a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, dentro desse grupo estão os povos indígenas, a evasão escolar é um problema de todo o sistema nacional de educação há tempos. Entretanto, a pandemia evidenciou essa problemática, principalmente no que se refere as minorias, como é o caso dos povos indígenas residentes na zona rural. Dessa forma, buscou-se informações sobre o tema, em textos publicados, que tratavam dos prejuízos causados e possíveis ações minimizadoras de tais problemáticas. Por meio da investigação, foi possível concluir que a evasão escolar indígena no período da pandemia teve como principal fator a precariedade de recursos básicos como é o caso de energia elétrica, internet e acesso a computadores, ao final da pesquisa restou evidente que o tema não é tido como prioridade não sendo possível. Durante esse período o governo estadual de diversos estados implementou medidas nunca vista para que a evasão escolar pós pandemia seja minimizada, ações como bolsa financeira, entre de notebooks estão sendo essenciais para mudança efetiva da evasão escolar indígena. Contudo, a presente pesquisa identificou a falta de estudos acerca do tema o que evidencia a sua importância e necessidade de provocação para que outros pesquisadores debruçem sobre a temática, possibilitando a contribuição prática de medidas que possam orientar a criação de políticas públicas específicas para a comunidade indígena de modo geral.

**Palavras-chave:** evasão escolar 1. povos indígenas 2. pandemia do covid-19.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano).

<sup>2</sup> Professora Orientadora I do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano).

## INDIGENOUS SCHOOL DROPOUT AFTER THE COVID-19 PANDEMIC AND THE EDUCATIONAL MEASURES TAKEN TO MINIMIZE IT

### ABSTRACT

This bibliographical investigation aims to present the important aspects of indigenous education, specifically school dropout during social distancing due to Covid-19 and the measures taken to maintain the conventional education system. Access to education is a constitutional right guaranteed to all Brazilians and foreigners residing in the country, within this group are indigenous peoples, school dropout has been a problem for the entire national education system for some time. However, the pandemic has highlighted this problem, especially with regard to minorities, such as indigenous peoples residing in rural areas. Thus, information on the subject was sought in published texts that dealt with the damage caused and possible actions to minimize such problems. Through the investigation, it was possible to conclude that the main factor of indigenous school dropout during the pandemic was the precariousness of basic resources such as electricity, internet and access to computers. is considered a priority and is not possible. During this period, the state government of several states implements measures never seen before so that post-pandemic school dropout is minimized, actions such as a financial scholarship, among notebooks, are being essential for the effective change of indigenous school dropout. However, this research identified the lack of studies on the subject, which highlights its importance and the need to provoke other researchers to look into the subject, enabling the practical contribution of measures that can guide the creation of specific public policies for the community. indigenous in general.

**Keywords:** truancy 1. ethnic-racial 2. indigenous 3.

## 1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios ao sistema educacional mundial, e as comunidades indígenas não foram exceção. No contexto pós-pandemia, a evasão escolar indígena se tornou um tema preocupante, uma vez que diversos fatores contribuíram para aumentar as taxas de abandono escolar entre os estudantes dessas comunidades.

O acesso à educação é um direito constitucional garantido a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, dentro desse grupo estão os povos indígenas, a evasão escolar é um problema de todo o sistema nacional de educação há tempos. Entretanto, a pandemia evidenciou essa problemática, principalmente no que se refere as minorias, como é o caso dos povos indígenas residentes na zona rural.

O fechamento das escolas e a transição para o ensino a distância, por exemplo, acentuaram as desigualdades educacionais existentes. A falta de acesso à internet e a infraestrutura inadequada em muitas áreas indígenas limitaram a capacidade desses estudantes de participar plenamente das atividades de ensino remoto. Além disso, a falta de materiais pedagógicos culturalmente e linguisticamente apropriados agravou ainda mais a situação.

As dificuldades econômicas decorrentes da pandemia também contribuíram para a evasão escolar indígena. Muitas famílias perderam suas fontes de renda ou enfrentaram a redução de recursos, levando os jovens a abandonar a escola para ajudar no sustento familiar.

Outro aspecto que influenciou o aumento da evasão escolar foi o impacto na saúde mental dos estudantes indígenas, que enfrentaram ansiedade, isolamento e estresse durante a pandemia. A falta de apoio psicológico e emocional adequado em muitas escolas e comunidades agravou esse problema.

A evasão escolar indígena no contexto pós-pandemia é uma questão complexa e multifacetada, que requer uma abordagem colaborativa e culturalmente sensível por parte dos governos, comunidades e educadores. É fundamental garantir o acesso à educação de qualidade e o respeito à diversidade cultural e linguística, a fim de enfrentar esse desafio e garantir um futuro promissor para os estudantes indígenas.

Por meio da investigação, foi possível concluir que a evasão escolar indígena no período da pandemia teve como principal fator a precariedade de recursos básicos como é o caso de energia elétrica, internet e acesso a computadores, ao final da pesquisa restou evidente que o tema não é tido como prioridade não sendo possível. A presente pesquisa identificou a falta de estudos acerca do tema o que evidencia a sua importância e necessidade de provocação para que outros pesquisadores debruçam sobre a temática, possibilitando a contribuição prática de medidas que possam orientar a criação de políticas públicas específicas para a comunidade indígena de modo geral.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A PROBLEMÁTICA EM TORNO DA EVASÃO**

O Decreto Presidencial n. 11.079, de 23 de maio de 2022, instituiu a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, por meio do programa pretende-se em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a implementação de estratégias e programas para recuperar a aprendizagem e ainda, enfrentar a evasão e o abandono escolar na educação básica.

A evasão escolar é um problema grave que afeta milhões de crianças e jovens em todo o mundo. Ela ocorre quando um estudante não realiza a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte (BRASIL, 2022). As razões para que isso ocorra são diversas, podem incluir causas relacionadas a questões familiares, pessoais, econômicas ou acadêmicas.

Várias são as consequências negativas para o indivíduo e para a sociedade como um todo. Para o estudante, limita suas oportunidades de carreira e impede seu desenvolvimento pessoal. Para a sociedade, pode aumentar a taxa de criminalidade e afetar negativamente a economia.

Considerando tais consequências, verifica-se que os prejuízos para quaisquer pessoa ou grupo comum da população já é um fator preocupante à toda a sociedade, mas, infelizmente, quando se trata dos povos minoritários como é o caso dos povos indígenas cuja população já está em situação de vulnerabilidade, as consequências são exponencialmente maiores.

A escola tem papel fundamental na vida dos seres humanos, especialmente porque, com exclusão do meio social familiar, será na escola que o ser humano em

desenvolvimento, assim consideradas crianças e adolescentes, passarão maior parte de suas vidas.

Observa-se a importância da escola como local de aprendizado pedagógico, mas também e, especialmente, local de interação social no qual serão desenvolvidas todas as habilidades sociais necessárias para convívio em sociedade.

Contudo, embora a escola seja local essencial para todo e qualquer ser humano, não são todos que conseguem manter-se nesse ambiente e, conseqüentemente, para a fazer parte da parcela de alunos em situação de evasão escolar.

Acerca desse aspecto cumpre destacar o entendimento do Professor de Educação da Universidade de São Paulo, Moacir Gadotti, veja:

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual (...) A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. (LIBÂNEO, apud GADOTTI 1994, p. 12)

Observa-se que o professor demonstra preocupação com a ideia de igualdade de condições, pois, de fato, há diferenças importantes para diferentes pessoas na sociedade, impactando positivamente ou negativamente em vários aspectos da vida humana, dentre elas a permanência ou não no ambiente escolar.

## **2.2 NORMAS DE GARANTIA E PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO INDÍGENA**

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, trazem que a população indígena no ano de 2010, era de 817.963 (oitocentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e três pessoas) dessa população foi apurado que cerca de 502.783 (quinhentos e dois setecentos e oitenta e três) indígenas vivem no ambiente rural e os demais 315.180 (trezentos e quinze mil cento e oitenta indígenas) estão no ambiente urbano (IBGE, 2011).

Extraí-se, portanto, em que pese o processo de integração efetivo na maior parte da população indígena, a densidade demográfica da população está concentrada predominantemente no ambiente rural.



Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado censo demográfico no ano de 2010, foi verificado que “A taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade revelou-se abaixo da média nacional, situada em 90,4%, sendo que nas Terras Indígenas 32,3% ainda são analfabetos.” (IBGE, 2010).

Tais dados evidenciam que a educação indígena constitui um desafio constante para a população indígena que reside nas aldeias, resta evidente que as políticas públicas educacionais não conseguem alcançar tal grupo.

Apesar de preocupante, no que se refere a políticas públicas escolares para os povos indígenas no Brasil, esse não é um tema que se destaca por grandes feitos, sobre esse aspecto a história das políticas de educação para os povos indígenas no Estado brasileiro foi fracionada em quatro períodos principais que se relacionam, segundo o autor, o primeiro período ocorreu durante o Brasil Colônia quando a educação dos povos indígenas era tratada exclusivamente pelos missionários católicos, cuja finalidade residia na doutrina religiosa. No segundo período é datado de 1910, ano de criação do órgão de Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o referido órgão precede a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A FUNAI transformou escolas existentes dentre das comunidades dos povos originários em redes de escolas bilíngues, que contavam com professores indígenas para ministrar as aulas (LIMA e BARROSO, 2013).

O terceiro período acontece no final da década de setenta e é marcado com o surgimento das organizações indigenistas não governamentais. Posteriormente a isso, o quarto período é caracterizado principalmente pelo fortalecimento e iniciativa da sociedade civil junto aos interesses da educação escolar dos povos indígenas (FERREIRA, 2001).

Verifica-se no estudo da história que no primeiro período, no Brasil Colonial o objetivo residia na integralização do indígena ao meio social não indígena, ao passo que do segundo ao quarto período houve uma tendência aos direcionamento educacional do índio como pessoa, contudo, foi no último século que os direitos dos povos indígenas avançaram significativamente, se no princípio a diversidade da cultura indígena e a riqueza do conhecimento adquirido por essa população fora negada, na contemporaneidade há o reconhecimento e a aceitação da diferença existente entre indígenas e não indígenas no campo dos direitos fundamentais (GRUPIONI, 2001).

No que se refere a educação, especialmente tratando-se dos povos indígenas, a partir de 1988, por meio da Constituição Federal, maior instrumento legal do Estado foi

garantido aos povos originários o direito a educação<sup>3</sup>, assim como a proteção de permanecerem com suas características à exemplo da língua, cultura e tradições. O texto constitucional determina a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, contudo um dos desafios para a concretização disso está na no abandono escolar, também denominado de evasão escolar (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 foi marcada pelo resgate de princípios importante como é o caso da liberdade, igualdade e de justiça social, especialmente os arts. 210, 215 e 242, que trata da garantia do uso da língua materna, processos próprios de aprendizagem, além da proteção as manifestações culturais.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que a União com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas, objetivando a recuperação das memórias históricas dos povos indígenas, igualmente a reafirmação de suas identidades étnicas, bem com como a valorização de suas línguas e ciências, ademais preconiza a garantia do acesso à informação, conhecimento técnico e científico de toda a sociedade seja ela indígena ou não (BRASIL, 1996).

No ano de 2001, por meio da Lei 10.172, de 09 de janeiro foi constituído o Plano Nacional de educação. Na referida norma há um capítulo dedicado especialmente à educação indígena, o tema foi separado em partes que tratam de especificidades, observa-se que a primeira parte está voltada para realização de um diagnóstico de como a educação escolar dos povos originários tem sido ofertada na rede pública de ensino, a segunda parte do capítulo é voltada para as diretrizes da educação escolar indígena, por último e não menos importante estão os objetivos e metas a curto e longo prazo (BRASIL, 2001).

Conforme supramencionado a primeira parte trata de realizar um diagnóstico acerca do tema, nesse sentido conforme consta no Plano Nacional de Educação, “Em que pese a boa vontade de setores de órgãos governamentais, o quadro geral da educação escolar indígena no Brasil, permeado por experiências fragmentadas e descontínuas, é

---

<sup>3</sup> Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988)

regionalmente desigual e desarticulado. [...] (BRASIL, 2001), deste modo ainda há muito a ser feito para efetivação de uma política de educação que consiga satisfazer as necessidades de aprendizagem conforme declaração Mundial sobre Educação para todos.

A segunda parte trata das diretrizes, restou estabelecido que a educação indígena terá como base estruturante a utilização da língua materna e o reconhecimento de processos próprios de aprendizagem. Observa-se o reconhecimento da importância do professor indígena para as comunidades e virtude da identificação com o grupo que pertence. Outro ponto importante trazido nas diretrizes reside na condução de pesquisas antropológicas que visem a sistematização do conhecimento, cultura e além da importância da condução de pesquisas antropológicas com a finalidade

a) Objetivos e metas. Nesse quesito tratam do direito dos povos indígenas, reconhecendo a necessidade de disponibilização de educação diferenciada, tendo como base o respeito ao conhecimento adquirido por essa população e o incentivo a formação docente de indígenas para atuarem dentro de suas comunidades.

Além disso, reforma a determinação de coordenação de ações escolares de educação indígena sob responsabilidade do Ministério da Educação, cuja responsabilidade para execução deverá ser solidária entre o Estado e os Município, devendo ser entendido como solidária a obrigação comum, podendo ser exigida a observação legal tanto do Estado quanto do Município (BRASIL, 2001).

As escolas públicas brasileiras oferecem ensino para crianças e adolescentes indígenas, muitas delas na modalidade híbrida entendida como sendo aquelas bilíngues, outras são totalmente não indígenas, o que se pode afirmar que na prática o acesso do povo indígena à escola é um tema complexo e envolve aspectos multifacetados, segundo os pesquisadores Ana Cláudia Vieira Braga, Francisco Darci Feitosa, Jorge Manoel Adão e Larissa Costa Melo, um dos grandes desafios da área reside no paradigma de que o povo indígena não pode experimentar os benefícios da tecnologia sem que percam sua identidade e, desse modo, seus direitos, veja o que afirmam os pesquisadores:

Essa complexidade a respeito da realidade de integração indígena envolve aspectos profundos de infraestrutura e pesquisa, como: saúde, educação, socialização, transfiguração étnica, aculturação, etnicidade e, considerando o advento da sociedade digital, o embate contra o paradigma cultural de que indígena para ter direitos de indígena não pode usufruir das benesses tecnológicas da cibercultura. Esse tema abarca as etnias, os povos, as aldeias, as famílias e os indivíduos em início de aproximação ou completamente integrados, que têm acesso à Escolarização (BRAGA et al, 2021).

A partir da Constituição de 1988, a escola passou a ser considerada, ou deveria, instrumento de valorização da língua, saberes e tradições dos povos indígenas, desempenhando uma função importante no processo de autodeterminação dos povos indígenas. Os povos indígenas não perdem tal característica pela utilização e incorporação da tecnologia dentro da comunidade indígena.

Durante o período de pandemia causado pelo COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021, o afastamento das crianças brasileiras das aulas presenciais foi um agravante para a efetivação ao direito à educação, muitas escolas optaram por aguardar o fim do período de quarentena, outras utilizaram como estratégia o uso da tecnologia utilizando das aulas mediadas por tecnologia, a partir disso, houve um agravamento da evasão escolar, principalmente no que se refere aos povos indígenas.

### **2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE MINIMIZAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR**

Durante a pandemia de COVID-19, as políticas públicas voltadas para a educação indígena enfrentaram desafios significativos, assim como todo o setor educacional. Os governos tiveram de tomar medidas para proteger a saúde e o bem-estar das comunidades indígenas e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade do acesso à educação de qualidade. Após a pandemia o governo tomou diversas medidas com a finalidade de enfrentamento da evasão escolar, tais como distribuição de bolsas de estudos no Estado do Goiás, cujo governo realizou o pagamento mensal de R\$100,00 (cem) reais, vejamos:

A bolsa de Estudo foi criada pela gestão estadual no fim de 2021. O objetivo é beneficiar 218 mil estudantes com R\$100 por mês letivo e, com isso, incentivar a permanência dos alunos na escola. A lei n. 21.162 prevê que o programa ficará em vigência até 2023 com 10 parcelas por ano, de fevereiro a junho e de agosto a dezembro. (O POPULAR, 2022)

Para ter direito ao benefício é exigido frequência escolar de no mínimo 75%, outra iniciativa importante refere-se à distribuição de notebooks aos estudantes, “investimentos na aquisição dos equipamentos começaram em 2021 e já somam mais de R\$ 329,1 milhões. Os computadores ficam sob a responsabilidade dos estudantes até que concluem a Educação Básica e podem ser usados na escola e levados para casa” (GOVERNO DE GOIAS, 2022). O objetivo é promover o acesso a tecnologia, igualdade de condições e especialmente contribuir a minimização da evasão escolar pós pandemia.

### **3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

O presente artigo foi realizado por meio de análise bibliográfica, utilizando principalmente de artigos científicos e legislação pertinente ao tema. Com a finalidade de atingir os objetivos propostos foi necessária utilização do método descritivo.

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois de acordo com Markoni e Lakatos (2017) tal método visa aumentar a familiaridade do pesquisador com pesquisa e ainda, modificar e clarificar conceitos.

No tocante a abordagem, utilizar-se-á da pesquisa qualitativa, tal escolha se dá em razão de que predominantemente será realizada análise qualitativa de textos, estando assim ao encontro do que descreve Antônio Carlos Gil, para o autor, por meio da abordagem qualitativa faz-se “análise de conteúdo, análise de discurso”, exatamente o que se pretende a presente pesquisa, (GIL, 2002, p. 163).

### **4 RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO**

Durante a pandemia da COVID-19, houve um aumento na evasão escolar em todo o mundo. Isso se deveu a vários fatores, incluindo a falta de acesso à tecnologia e à internet, o aumento dos cuidados com a saúde e a segurança, a falta de recursos para apoiar o ensino remoto e a instabilidade emocional e financeira das famílias. Além disso, muitos estudantes enfrentaram desafios para se adaptar ao ensino remoto e a falta de interação social com colegas e professores.

É importante destacar que os efeitos da evasão escolar durante a pandemia podem ter consequências a longo prazo, incluindo um aumento da desigualdade educacional e um declínio no desempenho escolar.

Para entender melhor o tema, especialistas trazem pontos essenciais para a discussão, afirmando que a evasão escolar indígena se deve também a dificuldade de acesso as unidades escolares e no descrédito quanto a importância da educação indígena para os povos originários (BRAGA et al, 2021).

Como se pode ver, quando se trata da população indígena o quadro se agrava exponencialmente, muitas comunidades indígenas sofrem com a falta de investimento em

educação e infraestrutura, o que dificulta ainda mais o acesso à educação durante a pandemia. O acesso à internet é um desafio importante para muitos estudantes indígenas durante a pandemia da COVID-19. Muitas comunidades indígenas vivem em áreas remotas ou de difícil acesso, onde a cobertura de internet é limitada ou inexistente. Além disso, muitos estudantes indígenas enfrentam barreiras financeiras para o acesso à tecnologia e à internet, incluindo a falta de recursos para comprar equipamentos e pagar serviços de internet.

Durante a pandemia houve um agravamento da evasão escolar em todo o Brasil, especialmente relativo aos povos indígenas. A interrupção da educação pode ter consequências graves para o desenvolvimento e o futuro dos estudantes indígenas, incluindo a perpetuação da pobreza e da desigualdade.

Segundo os economistas brasileiros, Marcelo Neri e Manuel Camillo Osorio, durante o período da pandemia o governo de modo geral não se movimentou assertivamente no quesito educação durante o período mais grave do Covid-19 no Brasil, para eles faltou esforço de disseminação de metodologias e ações aplicadas e bem sucedidas em alguns locais do país e especialmente no exterior, tal falha é apontada nas três esferas governamentais, ademais, o agravante da situação se deve ao pouco investimento na Educação, para os pesquisadores mencionados, a falta de investimentos também foi um contribuinte importante para a deficiência no que se refere ao apoio necessário para minimização do impacto da pandemia na educação brasileira, veja:

Ministério da Educação (MEC) até aquele momento só havia gasto R\$ 798 milhões no combate à pandemia, enquanto o Ministério da Saúde, por exemplo, gastou R\$ 35 bilhões e o Ministério da Economia gastou R\$ 168,5 bilhões, já revela que a educação não foi vista como uma área prioritária pelo Governo Federal nesse momento de pandemia. (NERI e OSORIO, 2021).

Antes mesmo da pandemia, em meados de 2012, a educadora Shirley Aparecida Miranda, estudiosa do tema da educação, ressalta que os estudantes localizados em áreas rurais, especificamente indígenas sofrem com a falta de estrutura nas escolas, questões básicas são apresentadas pela autora, como por exemplo, a falta de água, energia, saneamento, internet e falta de computadores refletem diretamente na qualidade do ensino, conseqüentemente causando prejuízos ao aprendizado dessa população (MIRANDA, 2012).

Marcelo Neri e Manuel Camillo Osorio apresentam dados impressionantes sobre a educação no Brasil, de acordo com os autores, em síntese, no ano de 2018, cerca de 4,35 milhões de alunos do Ensino Fundamental e 780 mil alunos de Ensino Médio não tinham acesso à internet no país, sendo praticamente a totalidade estudante da rede pública de ensino.

O problema que não é atual, se agravou durante o período de pandemia no qual devido a imposição do distanciamento social, utilizou-se do sistema de aulas mediadas por tecnologia como ferramenta utilizada para manutenção do ensino.

Uma das medidas adotadas por professores que atuam no ensino de crianças e adolescente indígenas que residem nas zonas rurais ou não possuem acesso a energia elétrica ou internet foi o método arcaico de impressão e entrega física das atividades desenvolvidas durante as aulas remotas para os demais alunos.

A título de exemplo, cumpre destacar a fala da Professora “Marta” nome fictício de uma professora que trabalha na terra indígena Arara da Volta Grade no Xingu. Marta participou de um estudo realizado pela pedagoga Darlete Menezes da Costa, a Mestra em Educação Josiney da Silva Trindade e o fonoaudiólogo Luiz Carlos Bezerra, no estudo de caso realizado em 2022, segundo informações trazidas pelo artigo, durante a pandemia a professora Marta utilizada da estratégia, da seguinte forma:

[...] as comunidades indígenas não possuem recursos como internet, computadores ou outra tecnologia de comunicação para com os alunos. Nessa situação, a forma que estamos trabalhando no momento é indo nas aldeias indígenas. Tiramos dois dias para irmos até as aldeias entregar o material impresso e explicar esse material para os alunos. Eles fazem as atividades propostas no material durante um período e depois nós retornamos para buscá-lo. Nós estipulamos uma quantidade de dias e retornamos para buscar o material (MARTA, professora na Educação Escolar Indígena *in COSTA e TRINDADE, 2022, p. 19*).

Para “Maria” em que pese os alunos indígenas conseguirem realizar com êxito as atividades propostas, nota-se que “há um prejuízo no aprendizado dos alunos por conta de os materiais serem resumidos, para que haja uma melhor compreensão por todos eles” ademais percebe-se um dificultor pelo fato dos professores não estarem presentes durante as atividades aplicadas (MARTA, professora na Educação Escolar Indígena *in COSTA e TRINDADE, 2022*).

As consequências da pandemia para o ensino educacional indígena foram significativas, infelizmente não há dados quantitativos acerca do tema, entretanto os prejuízos causados pela não escolarização efetiva durante esse período podem ser as

seguintes: pobreza perpetuada, pois a falta de educação limita as oportunidades de emprego e renda, perpetuando a pobreza entre as comunidades indígenas.

Além disso, a evasão escolar indígena contribui para a desigualdade entre as comunidades indígenas e as demais comunidades, contribuindo para a exclusão social e a discriminação. Outro aspecto relevante diz respeito a comunicação que impacta diretamente na capacidade de liderança dos povos indígenas, considerando que a falta de educação limita a capacidade das comunidades indígenas de desenvolver líderes eficazes com entendimento amplo dos aspectos que circundam os problemas da tribo e também aqueles voltados a soluções que demandam negociação e comunicação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar entre os estudantes indígenas é um problema crítico que tem consequências graves para o desenvolvimento e o futuro dessas comunidades. Para minimizar a evasão escolar indígena, é necessário implementar mecanismos eficazes que apoiem os estudantes e assegurem o sucesso escolar, como por exemplo, Investimento em infraestrutura e tecnologia para garantir que todos os estudantes indígenas tenham acesso à educação, é importante investir em tecnologia e infraestrutura adequadas para apoiar o ensino remoto. Isso inclui o fornecimento de computadores, internet de qualidade e treinamento para os professores e os estudantes.

Percebe-se que os professores desempenham um papel crucial no sucesso escolar dos estudantes, considerando que eles possuem contato direto com as crianças e adolescentes, sendo o principal elo entre eles e o ambiente escolar, em razão disso é importante apoiar os professores para que possam oferecer ensino de qualidade e oferecer apoio aos estudantes que enfrentam desafios.

Considerando que a utilização da tecnologia é uma ferramenta que continuará sendo utilizada como principal meio de manutenção da educação para os povos originários, resta evidente a necessidade de investimentos em programas de ensino remoto para garantir que todos os estudantes tenham acesso à educação, independentemente das circunstâncias.

Comumente as famílias indígenas enfrentam dificuldades financeiras que é um dos problemas diretamente relacionados a evasão escolar. Diante disso, é importante



oferecer apoio financeiro para garantir que as famílias possam apoiar seus filhos na educação.

Conforme demonstrado, os estudantes indígenas diferente dos demais estudantes brasileiros, podem enfrentar barreiras adicionais para o sucesso escolar, como dificuldades com o idioma e geográficas, sendo essencial a implementação de programas de apoio a estudantes que forneçam recursos e orientação para superar esses obstáculos.

Investir em infraestrutura e tecnologia, apoiar os professores, oferecer ensino remoto eficaz, apoiar as famílias financeiramente e oferecer programas de apoio a estudantes são algumas das estratégias importantes para combater a evasão escolar e assegurar o futuro das comunidades indígenas.

Para combater a evasão escolar indígenas pós pandemia é necessário que se invista em programas e iniciativas que promovam o acesso à educação e apoiem as comunidades indígenas, incluindo investimentos em tecnologia e infraestrutura, apoio financeiro para as famílias, programas de ensino remoto e aprimoramento de professores e profissionais da educação. Além disso, é importante levar em consideração as necessidades e culturas específicas das comunidades indígenas ao desenhar soluções para a evasão escolar durante a pandemia.

Verifica-se que as seguintes ações são essenciais para minimização da evasão escolar indígena:

**Capacitação de professores:** dada a nova realidade do ensino a distância, a capacitação de professores que atuam em escolas indígenas tornou-se crucial. Os governos devem investir em programas de formação para ajudar os educadores a desenvolver habilidades e competências necessárias para ensinar remotamente e lidar com desafios específicos das comunidades indígenas.

**Distribuição de materiais educacionais:** para garantir que os estudantes indígenas tenham acesso a recursos pedagógicos adequados, os governos devem distribuir materiais impressos, como livros e cadernos, bem como equipamentos eletrônicos, como tablets e laptops. Esses recursos devem ser adaptados às necessidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas.

**Apoio à saúde mental:** a pandemia teve um impacto significativo na saúde mental das pessoas, incluindo estudantes indígenas. Políticas públicas foram implementadas para oferecer apoio psicológico e emocional a esses alunos, como a disponibilização de serviços de aconselhamento e orientação.

Inclusão digital: a falta de acesso à internet e a infraestrutura inadequada em muitas áreas indígenas representaram grandes desafios para o ensino a distância. Os governos promoveram iniciativas para expandir a conectividade nessas áreas, incluindo a instalação de pontos de acesso à internet e o fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação.

Além disso é essencial que haja a flexibilização do calendário escolar: para lidar com as interrupções causadas pela pandemia, os governos estaduais devem flexibilizar o calendário escolar, permitindo que as comunidades indígenas ajustem os períodos letivos de acordo com suas necessidades e realidades locais.

A pandemia expôs e aprofundou as desigualdades existentes na educação indígena. Continua sendo fundamental que os governos e as comunidades trabalhem juntos para desenvolver políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para as populações indígenas, respeitando e valorizando suas culturas e tradições.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karla. **Alunos da rede estadual devem receber Bolsa Estudo de fevereiro até o dia 15 de março.** Revista Veja. Disponível em:

<https://opopular.com.br/politica/alunos-da-rede-estadual-devem-receber-bolsa-estudo-de-fevereiro-ate-o-dia-15-de-marco-1.2412453>. Acesso em nov.2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei PL 1283/2020.** Dispõe sobre o Plano Emergencial para Enfrentamento ao coronavírus nos territórios indígenas, assegurando a garantia de direitos sociais e territoriais, bem como com medidas específicas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da COVID-19. Disponível

em:[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1871902](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1871902). Acesso em 10 fev. 2022. Texto original.

COSTA, Darlete Menezes da; TRINDADE, Josiney da Silva; BEZERRA, Luiz Carlos. **Educação escolar indígena e pandemia da covid-19: percepções de uma professora da “terra indígena arara da volta grande do xingu”.** Revista pedagógica. v. 24, p. 1-24, 2022.

FERREIRA, M.K.L. A educação escolar indígena. In: SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. Antropologia, história e educação. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico brasileiro. 5ª. Ed. São Paulo: Ática, 1994. 173 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DE GOIÁS. **Estado já distribuiu mais de 123 mil notebooks a estudantes.** Governo de Goiás. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/servico/44-educacao/127883-estado-j%C3%A1-distribuiu-mais-de-123-mil-notebooks-a-estudantes.html#:~:text=O%20Governo%20de%20Goi%C3%A1s%20j%C3%A1,mil%20computadores%20para%20nos%20alunos>. Acesso em: nov. 2022.

GRUPIONI, L. D. B. **Os povos indígenas e a escola diferenciada.** In: GRUPIONI et al (Org.). Povos indígenas e tolerância. São Paulo: USP, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **O Brasil Indígena.** 2011.

Disponível em:

[https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder\\_indigenas\\_web.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf). Acesso em: fev. 2022.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo. **Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008.** – 1. ed. – Rio de Janeiro: E-papers, 2013. 346 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Matos. **Técnicas de Pesquisa.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a07.pdf> >. Acesso em: 11 fev. 2021.

**SURVIVAL. Junte-se à luta dos povos indígenas do Brasil. Assine a petição global: Pare o genocídio indígena.** Jul. 2020. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/povos/indios-brasileiros>. Acesso em jan. 2022.